



ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Deliberação

ERC/2024/31 (LIC-R)

Renovação da licença para o exercício da atividade de rádio do operador R.O. -Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda. - serviço de programas denominado Mega Hits Sintra

Lisboa
10 de janeiro de 2024

Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Deliberação ERC/2024/31 (LIC-R)

Assunto: Renovação da licença para o exercício da atividade de rádio do operador R.O. - Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda. - serviço de programas denominado Mega Hits Sintra

I. Pedido

1. A 22 de setembro de 2023 deu entrada na ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social (doravante, ERC) o requerimento para renovação da licença para o exercício da atividade de rádio detida pela R.O. – Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda., ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei da Rádio¹.
2. O operador requerente detém a licença para o exercício da atividade de rádio de âmbito local, para o concelho de Sintra, na frequência 88,0 MHz, disponibilizando um serviço de programas temático musical², com a denominação Mega Hits Sintra³.
3. A licença da Requerente é válida até 29 de março de 2024, pelo que, tendo o pedido de renovação sido apresentado a 22 de setembro de 2023, é o mesmo tempestivo (cf. artigo 27.º, n.º 2, da Lei da Rádio).

¹ Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro, e alterada pelas Leis n.º 38/2014, de 9 de julho, e n.º 78/2015, de 29 de julho.

² Pelas Deliberações 37/AUT-R/2011 de 21 de setembro alterou a classificação de generalista para temática segmento de público e ERC/2023/120 (OUT-R) de 22 de março da ERC, para temática musical por via da atualização da tipologia.

³ Pela Deliberação 7A/2006, de 20 de setembro alterou a denominação de Rádio Ocidente para Mega FM Sintra.

II. Enquadramento Legal

4. A ERC é competente para a renovação das licenças dos operadores de rádio, nos termos do artigo 24.º, n.º 3, alínea e), dos Estatutos da ERC⁴ e do artigo 27.º da Lei da Rádio.

5. Dispõe o artigo 27.º, n.º 1, da Lei da Rádio que «[a]s licenças e as autorizações para o exercício da atividade de rádio são emitidas pelo prazo de 15 anos e renováveis por iguais períodos», devendo ser requerida a renovação, junto da ERC, entre 240 e 180 dias antes do termo do prazo respetivo (cf. artigo 27.º, n.º 2, da Lei da Rádio).

6. O n.º 4 do citado artigo 27.º estatui que «[a] renovação das licenças (...) é concedida quando o regular cumprimento das obrigações legais a que estão sujeitos os operadores de rádio e os respetivos serviços de programas, nomeadamente a situação contributiva e tributária regularizada, for verificada pela ERC, no âmbito da sua atividade contínua de regulação e supervisão».

7. Determina o artigo 15.º, n.º 2, da Lei da Rádio que «[a] atividade de rádio que consista na organização de serviços de programas generalistas ou temáticos informativos de âmbito local apenas pode ser prosseguida, nos termos da presente lei, por pessoas coletivas que tenham por objeto principal o exercício de atividades de comunicação social».

8. No que se refere aos serviços de programas temáticos musicais a Lei da Rádio não impõe a referida obrigação.

9. No âmbito da presente análise, para verificação do regular cumprimento das obrigações serão escrutinadas as obrigações consagradas nos artigos 4.º, n.º 3 a 5, 32.º, 33.º, 34.º, 37.º, 38.º e 40.º, todos da Lei da Rádio.

⁴ Aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro.

10. É, igualmente, avaliado o respeito pelo disposto na Lei n.º 78/2015, de 29 de julho (doravante, Lei da Transparência), de acordo com elementos comunicados pelo operador através do Portal da Transparência da ERC.

III. Instrução

11. Foram juntos ao procedimento os seguintes documentos:

- 11.1 Cópia do título habilitador para o exercício da atividade de rádio;
- 11.2 Cópia da licença radioelétrica para o serviço de radiodifusão sonora emitida pela ANACOM – Autoridade Nacional para as Comunicações;
- 11.3 Certidão do Registo Comercial do operador;
- 11.4 Estatutos da Sociedade;
- 11.5 Declaração do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) do operador;
- 11.6 Declaração do operador de cumprimento do disposto no artigo 16.º, n.º 1, da Lei da Rádio, quanto às restrições ao exercício da atividade;
- 11.7 Declarações do operador e dos titulares dos órgãos sociais de cumprimento do disposto no artigo 4.º, n.ºs. 3 a 5, da Lei da Rádio;
- 11.8 Linhas gerais de programação e grelha de programação;
- 11.9 Estatuto editorial⁵;
- 11.10 Memória descritiva da atividade desenvolvida nos últimos dois anos;
- 11.11 Identificação dos recursos humanos e respetivas funções, afetos à programação própria do serviço de programas, nomeadamente os responsáveis pela orientação e supervisão de conteúdo das emissões e pela informação;
- 11.12 Documento comprovativo da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social;
- 11.13 Documento comprovativo da situação tributária regularizada, emitido pelos Serviços de Finanças;

⁵ No decurso do procedimento de renovação foi requerido o depósito de nova versão do Estatuto Editorial, em cumprimento dos requisitos constantes do art.º 34.º da Lei da Rádio.

- 11.14 Último relatório de gestão e contas;
- 11.15 Gravação das emissões radiofónicas (das 0:00h às 24:00h) dos dias 7 e 9 de outubro de 2023.

IV. Operador de Rádio

12. O operador requerente detém a licença melhor identificada no ponto 2 da presente deliberação atribuída em 30 de março de 1989⁶, a qual foi renovada por 10 anos por Deliberação da Alta Autoridade para a Comunicação Social, de 9 de fevereiro de 2000, e novamente pela Deliberação 44/LIC-R/2008, da ERC, de 17 de dezembro de 2008.

13. Com aprovação e entrada em vigor da atual Lei da Rádio (Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro), os prazos de validade das licenças foram alterados, passando de 10 para 15 anos, dispondo o artigo 86.º, n.º 3, do identificado diploma que «[o] prazo de duração das licenças (...) previsto no n.º 1 do artigo 27.º é aplicável aos títulos habilitadores atribuídos ou renovados depois de 1 de janeiro de 2008 (...)», como é o caso da licença em análise. A licença do operador requerente é, assim, válida até 29 de março de 2024.

14. A R.O. – Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda., tem por objeto principal a atividade de radiodifusão e no âmbito da informação escrita, oral e audiovisual, sua distribuição e publicidade (cf. certidão comercial permanente), em concordância com o artigo 15.º, n.º 2, da Lei da Rádio, não obstante o serviço de programas aqui em apreciação Mega Hits Sintra, se encontre classificado como temático musical.

⁶ O alvará para o exercício da atividade de rádio foi atribuído por despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, publicado no Diário da República, na II Série, n.º 54, de 6 de março de 1989, à data atribuída à Rádio Ocidente, CRL., sendo que a licença foi posteriormente transmitida à R.O. - Edições e Publicidade, Lda., aprovada em Reunião Plenária da AACCS de 02.10.1996.

V. Obrigações Legais

15. Para efeitos de avaliação do cumprimento das obrigações de um serviço de programas generalista, de âmbito local, foram tidos em conta os elementos disponíveis na ERC, nomeadamente ações de fiscalização, queixas ou participações contra o operador, o cumprimento das obrigações legais da transparência (cf. anexo) e a audição de dois dias de emissão, 7 e 9 de outubro de 2023.

16. Nesta conformidade, verificou-se que deu entrada na ERC em 2022 uma participação contra a associação de rádios da Mega Hits, nomeadamente dos serviços de programas dos concelhos de Rio Maior e Sintra, relativa ao incumprimento do horário de programação própria na emissão em parceria e ao número de serviços superior ao legal a emitir na associação Mega Hits, tendo decorrido uma ação de fiscalização⁷, cujas conclusões levaram à proposta de abertura de processo contraordenacional contra os operadores visados, que corre os seus termos⁸.

a) Concentração

17. No que respeita às exigências de não concentração, decorrentes do artigo 4.º, n.ºs 3 a 5, da Lei da Rádio, o operador e os titulares do capital social da R.O. – Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda., declararam respeitar os limites ali impostos.

b) Financiamento

18. O operador de rádio declarou «que a atividade de rádio que prossegue não é de qualquer forma financiada, direta ou indiretamente por qualquer partido político, associação política,

⁷ Deliberação ERC/2022/305, (PROG-R) de 14 de setembro - Participação relativa aos operadores Rádio Maior – Publicidade e Comunicação, Lda., serviço de programas Mega Hits Rio Maior, e R.O. – Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda., serviço de programas Mega Hits Sintra, bem como à associação Mega Hits.

⁸ Verifica-se, no entanto, que a Rádio Mega Hits Sintra e Mega Hits Rio Maior regularizaram as referidas inconformidades e passaram a difundir as oito horas de programação própria, dando cumprimento à emissão em parceria prevista no art.º n.º 11.º da LR. No entanto, a Rádio Mega Hits Rio Maior já não existe, tendo dado lugar à Observador 92.6 (Rio Maior).

organizações sindicais, patronais ou profissionais (...)», cumprindo o disposto no n.º 1 do artigo 16.º da Lei da Rádio.

c) Lei da Transparência

19. De acordo com a avaliação realizada pela Unidade da Transparência dos *Media* da ERC⁹, reportada no anexo, afigura-se que a R.O. – Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda., está em global cumprimento da Lei da Transparência e respetiva regulamentação, com exceção do Relatório de Governo Societário de 2022.

d) Programação

20. De entre as obrigações gerais consagradas no artigo 32.º da Lei da Rádio, para os operadores de rádio, destacam-se aqui a de assegurar a difusão de uma programação diversificada, que inclua espaços regulares de informação, a difusão de programas que promovam a cultura, a língua e a música portuguesas, a identificação em antena dos respetivos serviços de programas e a difusão de programação, incluindo informativa, com relevância para a audiência da correspondente área de cobertura, nomeadamente nos planos social, económico, científico e cultural.

21. No entanto, refere o n.º 3 do artigo 32.º, no que respeita aos serviços de programas temáticos, que se deve ter em conta o seu modelo específico de programação, sendo que, no caso de serviços de programas temáticos musicais, estes não estão obrigados à difusão de serviços noticiosos, sendo a música a sua característica dominante.

22. As linhas e grelha de programação, assim como as sinopses dos conteúdos disponibilizados enviados pelo operador respeitantes à Mega Hits Sintra descrevem um serviço de programas temático musical, «ligado em regime de parceria ao projeto Mega Hits nos termos do artigo 11.º da Lei da Rádio, pelo que produz e realiza oito horas de programação local. As oito horas de programação local são produzidas por colaboradores que procuram integrar

⁹ Informação: 129/UTM/CM-NR/2023/INF, de 17 de outubro

temas/conteúdos, iniciativas variadas e eventos com interesse para os jovens de Sintra, residentes na área de cobertura da respetiva frequência modulada. A inclusão de Sintra nas restantes horas de programação da Mega Hits tem também uma preocupação de inclusão cultural, social e regional na vida dos jovens residentes em Sintra. Os *targets* principais são jovens e jovens adultos no segmento 15/34 anos (estudantes, pré-universitários e universitários)» referindo o operador que «do ponto de vista musical assume especial enfoque nos perfis musicais de maior agrado do seu público, designadamente *Dance, Urban, Hip Hop*» sendo que podemos aferir tendo presente o projeto conjunto que a programação contempla espaços de animação em direto com participação do auditório virada para uma forte ligação às novas tecnologias, divulgação de atividades e eventos, música, cultura, humor, entrevistas, entre outros.

23. À data, a ERC pode aferir que a emissão para a produção partilhada e transmissão simultânea da programação é constituída por seis serviços de programas, número máximo previsto no n.º 2 do artigo 10.º da Lei da Rádio, respetivamente a Mega Hits, concelho de Lisboa, na frequência, 92,4 MHz; Mega Hits Aveiro, no concelho de Aveiro, na frequência 96,5 MHz; Mega Hits Braga, no concelho de Braga, frequência 92,9 MHz; Mega Hits Coimbra, concelho de Coimbra, na frequência 90,0MHz; Mega Hits Porto, concelho de Gondomar, na frequência 90,6 MHz; Mega Hits Viseu, no concelho de Viseu, na frequência 106,4 MHz; e que nos termos do artigo 11.º da Lei da Rádio em parceria a Mega Hits Sintra, aqui em apreciação, difunde oito horas de programação própria para o concelho de licenciamento.

24. Segundo o operador, o período de oito horas de programação própria da Mega Hits Sintra abrangem de segunda a sexta-feira o período horário das 11h/16 h e das 20h/23h e aos fins-de-semana das 9h/14h e das 19h/22h, em conformidade com as disposições do n.º 2 do artigo 11.º, da Lei da Rádio.

25. Das audições efetuadas às emissões da Mega Hits Sintra dos dias 7 e 9 de outubro de 2023, verificou-se que foram difundidas oito horas de programação própria, contemplando

espaços preenchidos com música e novidades musicais, *trends* nas redes sociais, meteorologia, trânsito, com sugestões culturais e outras, como a visita ao Palácio de Monserrate, sessão de cinema do Fórum Sintra – Taylor Swift -The Eras Tour Film, e novidades musicais, concertos Dillaz nos Coliseus de Lisboa e Porto, concertos Mega Hits Live; evento de surf em Carcavelos, Boogie Chicks, concerto Slow-J no Altice Arena; conquistas recentes dos portugueses em desportos, promove a interação com o auditório através de mensagens enviadas pelo WhatsApp; no sábado, destacam-se a divulgação de visitas guiadas ao Palácio Nacional de Sintra, visita ao Palácio Nacional de Mafra (gratuito aos domingos para residentes), Festival da Sapateira em Santa Cruz, percurso romântico do elétrico de Sintra, entre outras.

26. Afigura-se assim a conformidade com o projeto global da associação Mega Hits, que contempla igualmente, no restante horário respeitante a 16 horas de emissão em cadeia, uma programação predominantemente musical com espaços em direto, de entretenimento, com programas interativos através das redes sociais e WhatsApp para escolhas musicais e outros temas que abrange várias zonas do país (ex. Snooze, o programa da manhã da Mega Hits, com uma equipa que «transmite energia aos ouvintes que enfrentam as longas filas de trânsito» com os melhores *hits*, músicas novas, meteorologia, trânsito, sugestões para o fim de semana, dicas de séries televisivas, melhores *trends* das redes sociais; Mega Hits in the Mix, um mix de músicas sem pausas; Drive in, um programa de fim de tarde de regresso a casa, com música, onde se abordam temas fraturantes do *target* da rádio, «desde a sustentabilidade às dúvidas mais pertinentes sobre relações humanas» apresentado por uma dupla de animadores e em que se promovem jogos com convidados em estúdio; Girls Night Out, o programa da noite da Mega Hits que fala do que se passa na música e no mundo, artistas, eventos, e «sugestões que enaltecem vários *spots* do nosso país», como o evento Moda Lisboa, lançamento do novo álbum de Bárbara Bandeira, e no desporto a Seleção Portuguesa de Râguebi. Ao longo das emissões foi dado destaque ao Festival do Caloiro do ISCTE em Lisboa, Festa das Latas de Coimbra, Receção ao Caloiro em Aveiro; concertos Integra-te 2023 - Aveiro”, Receção ao Caloiro no ISEP, no Porto, entre outros, pelo que se conclui pelo cumprimento das disposições aplicáveis a serviços temáticos musicais nos termos do n.º 4 do artigo 32.º da Lei da Rádio.

27. O operador sustenta que «[n]os últimos dois anos procurou estreitar relações de fidelização com o seu público-alvo através das suas personalidades, jovens talentos da comunicação que iniciam as suas carreiras numa das “melhores” escolas de rádio” em Portugal (...) e a significativa presença da Mega Hits Sintra em múltiplos eventos académicos na chamada zona da Grande Lisboa, que envolvem igualmente milhares de jovens quem estudando na capital, residem na zona de Sintra.»

28. O projeto da Mega Hits Sintra assenta numa parceria que compreende a difusão de oito horas de programação própria e identificação da denominação respetiva neste período horário em concordância com o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º da Lei da Rádio, e no restante horário numa produção partilhada entre os vários serviços de programas que integram a cadeia de emissão, em conformidade com o n.º3 do artigo 10.º, da Lei da Rádio, sendo a emissão identificada em antena sob a mesma designação - Mega Hits, fazendo referência às várias frequências da associação/parceria.

e) Informação

29. Determina o artigo 35.º da Lei da Rádio que «[o]s operadores de rádio que forneçam serviços de programas generalistas ou temáticos informativos devem produzir, e neles difundir, de forma regular e diária, pelo menos três serviços noticiosos, entre as 7 e as 24 horas».

30. Sendo a Mega Hits Sintra um serviço de programas temático musical, não abrangido pela referida obrigatoriedade legal, difunde, no entanto, conteúdos informativos inerentes ao próprio projeto editorial, assegurando a difusão de programas que promovem a cultura, a língua e músicas portuguesas, temas da atualidade e outros direcionados ao respetivo *target*.

31. Consta como responsável pela programação Nelson de Carvalho Cunha e pela informação José Pedro Leal Gonçalves, com carteira profissional n.º 621, garantindo, assim, o cumprimento do artigo 33.º da Lei da Rádio.

f) Denominação e frequência

32. Quanto à indicação da denominação e da frequência, foram devidamente identificadas «pelo menos uma vez em cada hora», nos termos do n.º3 do artigo 10.º, e conforme exigido pelo n.º 2 do artigo 37.º da Lei da Rádio.

g) Publicidade e patrocínio

33. Relativamente ao cumprimento das obrigações em matéria de publicidade e patrocínio, consagradas no artigo 40.º da Lei da Rádio, foi detetada a existência de separadores (sinais acústicos) entre a publicidade e a restante programação.

h) Música portuguesa

34. O serviço de programas Mega Hits encontra-se isento do cumprimento das obrigações de difusão da música portuguesa¹⁰, consagradas nos artigos 41.º e seguintes da Lei da Rádio, mediante o regime de exceção previsto no artigo 45.º do mesmo diploma.

i) Estatuto editorial

35. Dispõe o artigo 34.º da Lei da Rádio que «[c]ada serviço de programas deve adotar um estatuto editorial que defina claramente a sua orientação e objetivos e inclua o compromisso de respeitar os direitos dos ouvintes, a ética profissional e, nos casos aplicáveis, os princípios deontológicos do jornalismo», o qual para além de depositado na ERC, «deve ser disponibilizado em suporte adequado ao seu conhecimento pelo público, em especial nos respetivos sítios eletrónicos».

36. No decurso do procedimento de renovação da licença foi requerido o depósito de uma nova versão do Estatuto Editorial da Mega Hits, de modo a conformar o texto aos requisitos

¹⁰ Deliberação 9/AUT-R/2009, de 28 de abril

constantes do artigo 34.º da Lei da Rádio. O Estatuto Editorial encontra-se disponível na página *online* do serviço de programas consultável em [TRANSPARÊNCIA - Mega Hits \(sapo.pt\)](#).

j) Outras obrigações

37. De acordo com as certidões apresentadas e constantes do processo, a situação contributiva e tributária do Operador está devidamente regularizada, tal como se exige no n.º 4 do artigo 27.º da Lei da Rádio.

38. Conforme elementos disponíveis no processo, conclui-se que a exploração do serviço de programas é desenvolvida pelo legítimo titular da licença.

VI. Deliberação

O Conselho Regulador da ERC, no exercício das competências previstas no artigo 24.º, n.º 3, alínea e), dos Estatutos da ERC, conjugado com o artigo 27.º, n.ºs 3 e 4, da Lei da Rádio, tendo concluído pelo regular cumprimento das obrigações do operador, delibera renovar, pelo prazo de 15 anos, a licença para o exercício da atividade de radiodifusão sonora de que é titular a R.O. -Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda., para o concelho de Sintra, na frequência 88,0 MHz, disponibilizando um serviço de programas temático musical com a denominação Mega Hits Sintra.

É devida taxa por emissão de título habilitador relativa à renovação da licença, nos termos do disposto no artigo 9.º, n.ºs 1, 2, alínea a) e 3 alínea a), do Decreto-Lei n.º 103/2006, de 7 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 70/2009, de 31 de março, 36/2015, de 9 de março, 33/2018, de 15 de maio, e 107/2021, de 6 de dezembro, no total de 37 UC (cf. Anexo IV do citado diploma – Escalão A), sendo o valor da UC de 102 euros, o que perfaz o valor de 3774 euros.

Lisboa, 10 de janeiro de 2024

O Conselho Regulador,

Helena Sousa

Pedro Correia Gonçalves

Telmo Gonçalves

Carla Martins

Rita Rola

Anexo

Avaliação realizada pela Unidade da Transparência dos *Media* da ERC

Estrutura e Relações de Propriedade do Operador R.O. -Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda.

I – Exposição

1. A fim de habilitar a pronúncia da ERC relativamente ao pedido de renovação da licença do serviço de programas Mega Hits – Sintra, foi solicitada à Unidade da Transparência dos *Media* informação relativa à estrutura e relações de propriedade do operador RO - Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda., proprietário do serviço de programas de rádio mencionado, nomeadamente no que se refere ao cumprimento dos preceitos da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, e sua regulamentação.

II – Estrutura de Propriedade – Detenção Direta e Indireta

2. A RO - Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda., é diretamente detida por uma (1) pessoa coletiva.
3. A pessoa coletiva que detém a totalidade do capital social do órgão de comunicação social em análise encontra-se identificada na figura 1.

Figura 1 - Detentores diretos do operador de rádio RO - Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda.

Designação	Tipo de Detenção	Detenção (%)	Direitos de Voto (%)
Rádio Renascença, Lda.	Diretamente detidas	100,000	100,000

Fonte: Portal da Transparência. Data 13/10/2023

4. A pessoa coletiva que detém a totalidade do capital social do órgão de comunicação social em análise é detida por outras duas (2) pessoas coletivas, a saber:

- i. Patriarcado de Lisboa, com uma percentagem de detenção de 60% do capital social;
- ii. Conferência Episcopal Portuguesa, com uma percentagem de detenção de 40% do capital social.

III – Relacionamentos

5. Do que é possível apurar através da informação pública do Portal da Transparência, os titulares das participações diretas e indiretas são detentores de outros órgãos de comunicação social sob jurisdição do Estado português, a saber:
 - a) O detentor direto da totalidade do capital social da RO - Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda., Rádio Renascença, Lda., é detentor de:
 - i. Um (1) Operador de Rádio da sua propriedade, a saber: Rádio Renascença, Lda., e treze (13) serviços de programas de rádio distribuídos exclusivamente pela internet;
 - ii. Um (1) Operador de Rádio da entidade proprietária Rádio 90 FM Coimbra, Radiodifusão, Lda., a saber: Rádio 90 FM Coimbra, Radiodifusão, Lda.;
 - iii. Um (1) Operador de Rádio da entidade proprietária Rádio Metropolitana – Comunicação Social, Lda., a saber: Rádio Metropolitana – Comunicação Social, Lda.;
 - iv. Um (1) Operador de Rádio da entidade proprietária Rádio Regional de Aveiro – Empresa de Radiodifusão, Lda., a saber: Rádio Regional de Aveiro – Empresa de Radiodifusão, Lda.;
 - b) A Rádio Renascença, Lda., é detida pelas entidades Patriarcado de Lisboa e Conferência Episcopal Portuguesa, o que faz delas detentoras indiretas do capital social da RO - Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda..
 - c) O Patriarcado de Lisboa é ainda detentor direto de:

- i. Uma (1) publicação periódica da entidade proprietária Fábrica da Igreja Paroquial do Santíssimo Sacramento de Alcobaça;
 - ii. Uma (1) publicação periódica da entidade proprietária Fábrica da Igreja Paroquial N^a Sr^a Ajuda da Cidade de Peniche;
 - iii. 5% do capital social da Nova Terra, Empresa Editorial, Lda., que detém duas (2) publicações periódicas, a saber: A Voz da Verdade e Vida Católica.
- d) A Conferência Episcopal Portuguesa é ainda detentora direta de:
- i. Uma (1) publicação periódica da entidade proprietária Ação Católica Rural;
 - ii. Duas (2) publicações periódicas da entidade proprietária Liga Operária Católica – Movimento de Trabalhadores Cristãos;
 - iii. Uma (1) publicação periódica do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais.

IV – Fluxos financeiros

- 6. Nos últimos três anos a RO - Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda., não identificou quaisquer Clientes Relevantes ou Detentores Relevantes de Passivo.
- 7. Relativamente a contratos públicos, a RO - Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda., não se encontra identificada na Plataforma BaseGov através de contratos celebrados.

IV – A Lei da Transparência e Regulamentos Inerentes

- 8. A informação comunicada pela RO - Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda., ao abrigo do regime jurídico da transparência poderá ser consultada no Portal da Transparência, no *link*: [ERC](#). A RO - Edições e Publicidade, Sociedade Unipessoal, Lda., está globalmente em cumprimento da Lei da Transparência e respetiva regulamentação, com exceção do Relatório de Governo Societário de 2022.